CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO

PROCESSO CEE N° 1085/86 - PROC.DRE/C n° 7196/86

INTERESSADO: JOSÉ OSVALDO DE CARVALHO

ASSUNTO : EQUIVALÊNCIA DE ESTUDOS - SENAI e Convalidação de Atos Escolares

RELATORA : Cons^a. RAPHAELA CARROZZO SCARDUA

PARECER CEE N° 437/89 CONSELHO PLENO APROVADO EM 10/05/1989

1. HISTÓRICO:

Em ofício datado de 10 de junho de 1986, a direção da SUMTEC - Escola de 2º Grau e de Ensino Supletivo, em Sumaré, DE de Americana, DRE - Campinas, solicita do egrégio Conselho Estadual de Educação, a equivalência dos estudos realizados por José Osvaldo de Carvalho, nos anos de 1972, 1973 e 1974, em escola do Senai, para convalidação da matrícula no 4º termo da escola requerente, em 1985.

O candidato em tela freqüentou, nos anos de 1972 (2º semestre), 1973 (2º semestre) e 1974 (1º semestre), respectivamente, os 1º, 2º e 3º termos do Curso de Aprendizagem Industrial, na ocupação Ajustador, na Escola - SENAI - "Roberto Mange" - Cep 501.

Concluído o curso do SENAI, matriculou-se no 4º termo de Suplência II, no 2º semestre de 1985, apresentando, como documentos hábeis, os históricos escolares de 1ª a 5ª série.

ESTABELECIMENTO	SÉRIE	ANO	OBSERVAÇÃO
EEPG "Cel. Domingos Ferreira"	1ª	1965	aprovado
" " "	2ª	1966	"
" " "	3ª	1967	"
EEPG "João Franceschini"	4ª	1969	"
EEPG "Dom Jaime de Barros Câmara"	Admissão	1969	"
" " "	5ª	1971	"
SENAI	1º termo	1972	"
"	2º termo	1973	"
"	3º termo	1974	"

Em 1985, concluiu o 4º termo do Curso de Suplência II, na SUMTEC Escola de 2º Grau e de Ensino Supletivo, e, assim, o 1º grau.

A Escola justifica a falha, alegando que passou despercebida a data da realização dos estudos, que carecia de providências quanto ao seu reconhecimento, assumindo o seu erro. Informa a escola que o aluno foi relacionado na lauda de concluintes do 1º grau.

O aluno cursou três termos da Escola SENAI com a duração de 15 meses, tendo cumprido todos os componentes curriculares do Núcleo Comum, e do artigo 7º da Lei 5692/71, com exceção de Programas de Saúde, que não apareceu registrado em seus respectivos históricos escolares.

Entretanto a escola não tomou as devidas providências contidas na Deliberação CEE 24/75 e Portaria COGSP - CEI publicada no D.O., de 22/9/76.

Este não é o primeiro caso, pois a escola passou por sindicância, realizada por uma Comissão de Supervisores, que constatou mais essa falha, a exemplo do que já ocorreu com o ex-aluno Sebastião Lopes, que formou o Processo 4981/86 - DRE/C, já encaminhado a este Conselho, em 07/7/86. Neste caso o aluno também entrou em lauda.

A direção justifica a falha esclarecendo que: "lamenta profundamente asseverar esse Colegiado mas que não houve má-fé nem do aluno e nem da escola e que a ocorrência deu-se por desinformação técnica sobre o correto procedimento a ser adotado por ocasião da matrícula?

Esta irregularidade, somada a muitas outras, culminou com a má aplicação dos recursos do Salário Educação (Bolsas de Estudos) fato que dera origem a um rigoroso processo a Sindicância Especial e de Correição que resultou na Resolução SE 128/86, publicada no D.O.E . de 17/06/86, cassando a autorização de funcionamento da SUMTEC e de seus cursos.

2. APRECIÇÃO :

Trata o presente protocolado sobre o pedido de equivalência de estudos e conválidação de matrícula no 4º Termo de Suplência II, na SUMTEC Escola de 2º Grau e de Ensino Supletivo.

O aluno cursou a 5ª. série, no ensino regular e cumpriu, em seguida, três termos do Curso de Aprendizagem Industrial no SENAI; fez os componentes curriculares exigidos na época para o 1º grau, equivalentes às 5ª. 6ª. e 7ª. séries. Esta em débito somente com o componente específico OSPB, que foi cumprido no 4º Termo de Suplência II, na SUMTEC, conforme se constata na folha anexada ao processo.

O aluno estava portanto habilitado a matricular-se no 4º termo da Suplência II, dependendo só do ato declatório de equivalência de estudos, competência da Divisão Regional.

A solicitação em tela encontra amparo legal nos seguintes documentos artigo 16, inciso II da Deliberação CEE 23/83 e no Parecer CEE 720/73 que aprovou o Regimento das Escolas do SENAI.

"Artigo 16 - Os cursos de Aprendizagem, com aferição no processo, em nível de ensino de 1º grau, são os seguintes:

I.....

II Aprendizagem II, com currículo integrado não somente pelos conteúdos específicos da Parte Diversificada, mas também pelos referentes Núcleos Comuns e o artigo 7º da Lei nº 5692/71, terá a duração de 1 a 4 termos e será ministrado em nível de uma ou mais das quatro últimas séries do ensino de 1º grau, dando direito ao prosseguimento de estudos, de acordo com o disposto no Regimento Escolar"

Nos Planos de Curso de Aprendizagem, cada semestre, atualmente denominado termo, tem a duração total de 15 meses; o interessado cumpriu todos os componentes curriculares do Núcleo Comum e do artigo 7º da Lei 5692/71, com exceção de Programas de Saúde, que não aparece registrado nos seus respectivos históricos escolares.

Pela documentação escolar anexada ao processo o interessado apresenta a seguinte situação:

- cursou, nos anos de 1972 a 1974, 1ª, 2ª, e 3ª séries do Curso de Aprendizagem Industrial,,na Ocupação de Ajustador na Escola SENAI "Roberto Mange";
- no ano de 1985, sem o reconhecimento da equivalência dos seus estudos, foi matriculado no 4º termo do Curso Supletivo na SUMTEC;
- o aluno concluiu, em dezembro de 1985, a Suplência II vindo a matricular-se no 1º termo da Suplência de 2º Grau, na mesma escola,em fevereiro de 1986.

Considerando

- que o aluno já concluiu o Curso Supletivo Modalidade Suplência II e que já entrou em Raudã (já publicada);
- o bom aproveitamento demonstrado em todos os cursos;
- a não-caracterização de má fé tanto da escola como do aluno;
- a cassação da escola e seus cursos, os órgãos da Secretaria da Educação "opinam favoravelmente pela equivalência dos estudos realizados por José Osvaldo de Carvalho, na Escola SENAI "Roberto Mange" CEP. 501, nos anos de 1972 a 1974 como os de conclusão de 7ª série do ensino regular de 1º grau e a convalidação dos seus atos escolares praticados posteriormente"

No verso do histórico escolar expedido pelo SENAI encontra-se a seguinte observação:

"1. O Curso de Aprendizagem Industrial é ministrado, desde 1943, pelas Unidades Escolares do SENAI, autorizado por Legislação Federal (Decretos-Leis nº 4048/42, 4073/42, 4481/42, 9576/46, Lei nº 3552/59 43 Decreto nº 47038/59) e a partir de 1973, em decorrência da Lei 5692/ 71, e também pelo CEE, conforme Pareceres nº 720/73, 2960/75 e 1967/61".

2. Cada termo corresponde a um semestre letivo com, pelo menos, 720 horas-aula.

3. A matrícula de aluno, em outro estabelecimento de ensino regular ou supletivo, dependerá de declaração de equivalência de estudos a ser mantida pela autoridade escolar competente da SE, "

3. CONCLUSÃO

À vista do exposto, consideram-seos estudos realizados por JOSÉ OSVALDO DE CARVALHO equivalentes aos de conclusão da 7ª. série do 1º grau.

Fica convalidada a sua matrícula no 4º termo da SUMTEC, Escola de 2º Grau e Ensino Supletivo, Sumaré, no ano de 1985. São considerados regulares seus atos escolares realizados subseqüentemente, decorrentes da presente convalidação.

São Paulo, 12 de abril de 1989.

a) Consª. Raphaela Carozzo Scardua
RELATORA

DELIBERAÇÃO DO PLENÁRIO

O CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO aprova, por unanimidade, a decisão da Camará do Ensino do Primeiro Grau, nos termos do voto do Relator.

Sala "Carlos Pasquale" em 10 de maio de 1989.

a) Consº Jorge Nagle
Presidente